

Temas Abordados: Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes, Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai e a sua integração com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.



PUBLICAÇÃO: 10/01/2020

OCHA: Brasil está entre países com maior número de pessoas expostas a inundações

O Brasil aparece entre os 15 países do globo com a maior população exposta ao risco de inundação. A informação é de um relatório da ONU documentando catástrofes naturais das últimas duas décadas na América Latina e Caribe.

No estudo Desastres Naturais na América Latina e Caribe, o Escritório da ONU para os Assuntos Humanitários (OCHA) aponta as inundações como o tipo de desastre mais comum na região desde o ano 2000.

A América Latina e o Caribe tiveram prejuízos de 1 bilhão de dólares causados por danos em 12 enchentes ocorridas entre 2000 e 2019.

Com 152 milhões de afetados em 1.205 catástrofes, a região tem a maior propensão global a ter eventos extremos incluindo cheias, tempestades, terremotos, secas, deslizamentos de terra, erupções vulcânicas e incêndios.

O Brasil sofreu o impacto de 70 desastres que afetaram quase 70 milhões de pessoas. Mas em termos proporcionais, a Guiana é a nação com maior risco de ser afetada.

Mais de um terço dos seus 747 mil habitantes em situação de vulnerabilidade precisam de ajuda internacional. Com cinco eventos ocorridos no período analisado, o maior está na quantidade de pessoas em perigo com a vulnerabilidade, a falta de preparação e a deficiente capacidade de resposta local.

O relatório Desastres Naturais na América Latina e Caribe destaca que 0,9% dos 190,7 milhões de habitantes do Brasil correram o risco de ser afetados por cheias. São cerca de 1,8 milhão de pessoas que, no entanto, não precisaram de ajuda internacional.

Furacões

Nas duas décadas analisadas, a América Latina e Caribe teve uma média de 17 furacões por ano. No total, aconteceram 23 furacões da categoria cinco, os que têm maior intensidade.

O documento destaca ainda o impacto da temporada de furacões de 2017. Foi a terceira pior já registrada no mundo e o destaque vai para fatores como quantidade de desastres, países afetados e magnitude dos danos.

No ano passado, furacão Dorian, que atingiu o noroeste das Bahamas, foi o mais forte ocorrido no Oceano Atlântico. O desastre afetou de forma direta a massa terrestre.

Somente na América do Sul se registrou um quarto dos terremotos de magnitude 8 na Escala Richter ou superior do mundo desde o ano 2000. Foram 20 terremotos de magnitude 7 ou maior, ocorridos na região.

Haiti

O terremoto de 2010 no Haiti está entre os 10 mais mortais da história global.

A publicação destaca ainda a seca como o desastre que afeta o maior número de pessoas na região.

Um dos principais danos causados pelo fenômeno na região foi a redução da produção agrícola. Os campos deixaram de produzir entre metade e 75% do habitual em áreas como centro e leste da Guatemala, sul de Honduras, leste de El Salvador e partes da Nicarágua.

Nessa região, também conhecida como Corredor Seco, 80% das famílias mais afetadas pela seca recorrem a várias formas para enfrentar crises em suas comunidades

FONTE:<https://www.humanitarianresponse.info/en/operations/latin-america-and-caribbean/document/latin-america-and-caribbean-natural-disasters-2000>

FONTE:<https://news.un.org/pt/story/2020/01/1699571>



PREFEITURA DE
CAMPINAS

Cidade propõe legislação para enfrentar poluição e mudanças no clima

O prefeito de Campinas, Jonas Donizette, assinou na tarde desta terça-feira, 7 de janeiro, e encaminhou para a Câmara, projeto de lei que institui a Política Municipal de Enfrentamento dos Impactos da Mudança do Clima e da Poluição Atmosférica de Campinas. A proposta é motivada pelos efeitos do aumento dos gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera, que contribui para a rápida mudança no clima do planeta.

“Este projeto de lei aponta para um caminho que é de uma das cidades mais importantes do Brasil, dizendo o seguinte: nós queremos continuar o nosso

desenvolvimento, mas queremos também qualidade de vida para a nossa população. Vamos fazer de Campinas uma cidade com qualidade de ar para que todos nós tenhamos saúde, vida e felicidade”, disse o prefeito.

O projeto de lei segue convenções, acordos e tratados internacionais, além das legislações estadual e federal sobre o clima. Com o PL, Campinas se compromete a reduzir em 32% a emissão de gases de efeito estufa no prazo de 40 anos, “que parece longo, mas para uma cidade é algo factível”, complementou o prefeito.

Jonas Donizette destacou três pontos importantes da Política Municipal de Enfrentamento dos Impactos da Mudança do Clima e da Poluição Atmosférica de Campinas: “a saúde, porque diminuindo a poluição do ar melhora a qualidade da saúde; a parte de investimentos, porque tendo uma cidade que se preocupa com o meio ambiente, temos maior poder de competitividade para trazer indústrias multinacionais e, em terceiro, os nossos projetos, que podem ser qualificados para obter financiamentos internacionais. Os organismos internacionais já estão fazendo isso diretamente com as cidades”.

Com essa política municipal, Campinas se capacita para buscar recursos de fundos nacionais e internacionais, e financiamentos ligados a ações ambientais, para desenvolvimento sustentável. O município tem tido um comportamento de vanguarda em relação a ações que privilegiam as questões ambientais. A cidade faz parte do Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia, da Cúpula Climática das Nações Unidas (ONU).

Inventário

O prefeito explicou que o primeiro passo para a criação da Política Municipal de Enfrentamento dos Impactos da Mudança do Clima e da Poluição foi o Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa e Poluentes Atmosféricos da RMC, lançado em 10 de maio de 2019. O inventário, custeado por Campinas para toda a região metropolitana, dá um panorama de como está hoje a qualidade de ar.

No caso de Campinas, essa poluição se dá principalmente por causa dos veículos: 70,4% das emissões de gases de efeito estufa vem do transporte, tanto individual quanto coletivo (de cargas e aeroviário). Por isso, o estímulo aos ônibus elétricos, já em circulação no transporte público. A previsão é que se atinja 404 ônibus elétricos em circulação ao longo do período da nova concessão do transporte público. Atualmente, 15 ônibus elétricos já circulam no município.

A partir dos resultados do inventário, foi possível propor uma Política de Redução das Emissões em Campinas. O monitoramento das principais fontes de emissão e de sequestro dos gases de efeito estufa identificou os emissores e apontou metas.

“São duas maneiras de trabalhar: primeiro aperfeiçoando com o uso da tecnologia, como é o caso da nova licitação de ônibus, que prevê mais ônibus elétricos e não poluentes na região central. E segundo, com o plantio de mais áreas verdes para, com isso, trazer uma melhor qualidade de vida para a população”, apontou o prefeito.

Jonas Donizette citou ainda o Plano Cicloviário, que prevê implantação de 180 km de ciclovias. Já está em execução pela Emdec, o Plano visa estimular o transporte não motorizado em pequenos deslocamentos dentro dos bairros da cidade.

Investimentos

O secretário municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Rogério Menezes, disse que quando Campinas sinaliza com o inventário metropolitano, que é o primeiro do País, e com uma legislação definindo metas, dialoga com empresas mundiais que querem fazer seus investimentos em cidades comprometidas com o clima. “Não estamos falando de meio ambiente, algo isolado, estamos falando de um novo ciclo de desenvolvimento econômico que pressupõe investimentos, empregos, tecnologias novas”.

O significado de Campinas assumir essas metas, segundo ele, é, primeiramente, continuar liderando o tema. E também sinalizar uma visão de desenvolvimento sustentável para o futuro. “Isso também favorece atração de investimento, habilita Campinas a estar no início da fila em relação a possibilidade de conseguir financiamentos externos do Fundo do Clima. Esse Fundo é formado por aportes de países desenvolvidos, voltados para reduzir a emissão de carbono e adaptar para um viés sustentável projetos em cidades do mundo todo. Em 2020, os países desenvolvidos devem começar a injetar US\$ 100 bilhões no Fundo, que vai financiar projetos de mitigação e adaptação ligados ao clima”, explicou.

O secretário citou que um dos legados que a gestão Jonas Donizette deixará para a cidade é um estoque de projetos de áreas verdes e parques lineares. Nos últimos sete anos, foram plantadas mais de um milhão de mudas de árvores na cidade, como parte do Programa “Campinas Bem Verde” e do Plano Municipal do Verde.

Campinas possui uma média de 87 metros quadrados de área verde por habitante, acima dos 12 m²/habitante preconizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Também foram criados na gestão atual o Parque Natural do distrito do Campo Grande e o Parque Dom Bosco, no distrito do Ouro Verde. Desde 2013, já foram revitalizadas mais de 250 áreas verdes em Campinas, além do investimento na criação de 49 parques lineares. A meta é aumentar ainda mais as áreas verdes até 2026.

ICLEI

O secretário executivo do ICLEI América do Sul, Rodrigo Perpétuo, elogiou a iniciativa da Prefeitura. “Precisamos de uma integração multinível para mitigar e adaptar os territórios à emergência climática. Ao encaminhar um Projeto de Lei para implementação de uma Política de Enfrentamento à Mudança do Clima, que prioriza um modelo urbano sustentável, Campinas vira uma referência que precisa ser seguida por outros municípios”, disse.

O ICLEI América do Sul tem apoiado a cidade na elaboração do Inventário de Emissões de GEE e Poluentes Atmosféricos e do Plano de Ação de Mitigação de Gases de Efeito Estufa da RMC. O documento sugeriu metas de redução das emissões para os diferentes setores inventariados, para os anos de 2025, 2030, 2040 e 2060.

O ICLEI é uma rede global formada por mais de 1.750 governos locais e regionais comprometida com o desenvolvimento urbano sustentável. Ativos em mais de 100 países, os participantes influenciam as políticas de sustentabilidade e impulsionam a ação local para o desenvolvimento de baixo carbono, baseado na natureza, equitativo, resiliente e circular.

O ICLEI América do Sul conecta seus mais de 80 governos associados, em oito países, a este movimento global.

FONTE: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=37961>

THE CONVERSATION

Academic rigor, journalistic flair

A recuperação de desastres dos incêndios na Austrália será uma maratona, não uma corrida

Por Amanda Gearing, jornalista, escritora e emissora da Queensland University of Technology

Depois de relatar o desastre mortal das inundações de Queensland em 2011, passei um ano documentando relatos de resgates heróicos, mortes trágicas e sobrevivência extraordinária .

Cinco anos depois, voltei para um estudo de acompanhamento . Eu descobri que alguns sobreviventes haviam se recuperado, mas muitos estavam muito piores.

Esta pesquisa sugere que há um longo caminho pela frente para os sobreviventes da atual crise de incêndios florestais. No entanto, existem lições importantes a serem aprendidas.

A resposta inicial

Na época da crise de 2011 em Queensland, a Força de Defesa Australiana chegou para ajudar. O espírito da comunidade era alto. A Austrália e o mundo doaram muito generosamente.

Porém, após as primeiras semanas, a assistência inicial deu lugar a dificuldades muitas vezes intratáveis com moradia, sinistros de seguros, perda de empregos e condições crônicas de saúde física e mental.

A cobertura geral da crise pela mídia logo diminuiu. E para muitas pessoas, simplesmente não havia retorno à vida "normal".

Cinco anos depois

Cinco anos após o evento, muitos ainda lutavam. A jornada foi muito mais longa e mais difícil para pessoas que:

- membros da família perdidos durante ou após o desastre
- foram traumatizados por uma experiência de quase morte
- não podia mais trabalhar em seu antigo emprego
- teve problemas de saúde significativos
- tinha reivindicações de seguro que eram lentas, difíceis ou rejeitadas.

As pessoas que foram mais capazes de se recuperar eram pessoas que:

- bens perdidos, mas que não ficaram traumatizados pelo desastre
- permaneceu saudável e tinha seguro com empresas que prontamente pagaram suas reivindicações
- foram capazes de retomar o trabalho
- foram capazes de reparar ou substituir suas casas e voltar a uma vida relativamente normal dentro de alguns meses a um ano.

Depois de cinco anos, algumas pessoas perceberam que nunca se recuperariam. Alguns disseram que prefeririam morrer a suportar os cinco anos pós-dilúvio.

Vários sobreviventes falaram da “quase falta” que tiveram com a morte. Para alguns, foi um incentivo para viver todos os dias com renovado gosto. Para outros, o near miss reforçou a fragilidade da vida e os deixou mais vulneráveis.

Experiências de morte e quase morte

Trinta e três dos socorristas e sobreviventes do desastre experimentaram uma experiência de quase morte. Cinco anos depois, alguns deles ainda não haviam assistido a nenhum aconselhamento e relataram lembranças de experiências de quase morte que se desenrolavam em suas mentes em um interminável vídeo-loop. Alguns se tornaram eremitas, com medo de sair de casa.

Um dos socorristas me disse que demorou cinco anos para reconhecer que havia arriscado sua vida.

Uma mãe cujos filhos estavam em risco disse:

"A vida como você conheceu mudou naquele dia. Você sabe que um segundo a sua vida é normal e depois a rapidez com que as coisas podem mudar. Examino o tempo todo. Examino as salas em busca da saída. Examino o terreno no caso de algo acontecer [...] qual é a maneira mais rápida de escapar? "

Impactos psicológicos duradouros

Dois terços das pessoas entrevistadas ainda tinham lembranças traumáticas em andamento cinco anos após o desastre - incluindo ver ou ouvir os sons do desastre, cheirar os aromas fétidos associados a inundações ou sentir-se ansioso ao som de helicópteros.

Para alguns, os gatilhos do trauma ocorreram apenas na zona de inundação, enquanto para outros poderia estar em qualquer lugar, o que significava que se afastar não oferecia descanso.

Na pequena cidade de Grantham, onde 13 pessoas morreram, testemunhas disseram a um inquérito sobre o desastre que os conselheiros mudavam de semana para semana (o que significa que os sobreviventes tinham que recontar suas histórias novamente para um novo conselheiro). O serviço então parou porque os habitantes da cidade não queriam vê-los.

Retornar ou se afastar?

Muitas pessoas não se sentiam mais seguras em casa. As pessoas que tiveram que reconstruir à medida que os valores das propriedades caíram e os prêmios de seguro dispararam - alguns até US \$ 34.000 / ano - não tinham dinheiro para garantir sua casa. Eles temiam uma perda total de suas casas na próxima vez.

Algumas pessoas que nunca retornaram às cidades afetadas se saíram melhor psicologicamente do que aquelas que voltaram.

Algumas pessoas voltaram inicialmente, reconstruídas, mas depois venderam e foram embora novamente. Alguns me disseram que não estariam vivos a menos que saíssem quando saíssem.

Comunidades inteiras praticamente desapareceram quando quase toda a população deixou a cidade.

Desastres naturais são desastres financeiros

Após um desastre natural, as hipotecas ainda precisam ser pagas, mesmo em casas que são inabitáveis. Os custos de acomodação aumentam. O risco de falta de moradia e falência aumenta e os relacionamentos podem ser colocados sob enorme estresse.

Os valores das propriedades nas cidades e distritos afetados pelas inundações de 2011 caíram drasticamente e imediatamente, o que significa que algumas pessoas não podiam vender e se mudar.

Vários sobreviventes não puderam retornar aos seus antigos empregos porque seu local de trabalho havia sido destruído ou porque era muito traumático.

Alguém que ficou para reconstruir seus negócios sofreu outro desastre dois anos depois e perdeu seu posto de serviço pela segunda vez. Ele reconstruiu novamente apenas para ter seus negócios destruídos pela terceira vez no ano seguinte.

As pessoas feridas no trabalho em Queensland podem se inscrever no WorkCover, um programa financiado pelo governo que ajuda os trabalhadores a se recuperarem e voltarem ao trabalho. Pessoas feridas em desastres, no entanto, não são elegíveis para o mesmo tipo de assistência.

Muitas pessoas confiaram em instituições de caridade por comida, roupas e abrigo por meses ou anos após o dilúvio. Alguns recusaram ou resistiram à ajuda de caridade ou ao governo.

Alguns idosos relataram ter se tornado dependentes de seus filhos adultos pela primeira vez.

O que é preciso

A pesquisa sugere várias maneiras possíveis de ajudar os sobreviventes de desastres naturais, incluindo, entre outros:

- melhor acesso aos cuidados psicológicos com financiamento público além das atuais 10 visitas permitidas no atual sistema Medicare, especialmente para pessoas que perderam a família ou sua casa ou empresa
- aconselhamento financiado pelo governo, gratuito e bem coordenado, em zonas de desastre
- apoio à renda e moradia de emergência para pessoas que perderam casas
- funerais financiados pelo governo para quem morre em um desastre natural
- fornecimento de reciclagem de curto prazo para aqueles que não podem retornar aos seus antigos empregos
- a criação de um sistema “DisasterCover” para apoiar equipes de resgate ou bombeiros voluntários com acesso a aconselhamento, apoio à renda e segurança no emprego - da mesma forma que o WorkCover pode apoiar bombeiros profissionais. Um esquema legislado significaria que os sobreviventes não têm o capricho de financiamento ad hoc de emergência do governo ou dependem de recursos públicos
- esse esquema poderia cobrir despesas médicas de emergência, reabilitação e salário e, em seguida, reivindicá-las de volta, sempre que possível, do seguro médico e de proteção de renda privado
- melhor planejamento da terra em torno de onde é seguro construir.

Tudo isso parece caro. Mas o custo de não aprender essas lições pode ser maior a longo prazo.

<https://theconversation.com/disaster-recovery-from-australias-fires-will-be-a-marathon-not-a-sprint-129325>



UNICEF oferece apoio ao governo da Austrália diante de incêndios florestais

O [Fundo das Nações Unidas para a Infância \(UNICEF\)](#) ofereceu apoio ao governo da Austrália, que enfrenta uma onda de incêndios florestais desde setembro, e que foi intensificada nas últimas semanas.

A agência da ONU enviou condolências ao país e às crianças e famílias afetadas pelo desastre natural.

Em comunicado, o UNICEF elogiou o profissionalismo e dedicação dos bombeiros, dos serviços rurais e da organização Cruz Vermelha, que atua no país. A agência da ONU afirmou que sua experiência em situações de emergências e desastres naturais pode ser útil à Austrália neste momento.

Pelo menos 24 pessoas morreram desde o início dos incêndios, milhares ficaram desabrigadas com o espalhar do fogo que devastou uma área equivalente a mais que todo o território da Bélgica.

De acordo com agências de notícias, chove nesta segunda-feira (6) na costa leste da Austrália, de Sydney a Melbourne. Mas os meteorologistas dizem que as temperaturas devem subir até quinta-feira (9).

O UNICEF disse acreditar que a escala de devastação do desastre, sem precedentes, indica um longo período de recuperação.

No estado da Nova Gales do Sul, no sudeste da Austrália, o UNICEF já está atuando com crianças e jovens afetados pela seca, que contribuiu para os incêndios florestais.

A agência lembrou que crianças que vivem desastres naturais precisam voltar à vida normal o mais rapidamente possível e, por isso, o UNICEF ressaltou a importância de apoiá-las na retomada dos estudos.

De acordo com a agência das Nações Unidas, autoridades australianas estão em contato com os escritórios internacionais do UNICEF, assim como outras organizações locais e do governo.

Algumas das iniciativas planejadas são o apoio a parceiros de emergência para que as crianças possam retornar à escola, apoio psicossocial aos alunos afetados.

Acompanhamento de esforços de reabilitação com fóruns que integrem a voz das crianças para respostas futuras.

Uma outra preocupação do UNICEF é com os traumas sofridos por crianças até mesmo indiretamente através de redes sociais, e como elas podem se sentir seguras.

A agência citou a gravidade da situação para aqueles que estão experimentando dificuldades financeiras por causa dos incêndios e afirmou compreender se eles tiverem que suspender suas doações ao UNICEF temporariamente, para poder priorizar a assistência às famílias.

FONTE: <https://news.un.org/pt/story/2020/01/1699611>



Medição de resiliência de inundação para comunidades: da análise de resultados ao planejamento de intervenções

Esta orientação tem como objetivo ajudar os profissionais a analisar os resultados do uso da Medição de resiliência de inundação para comunidades, juntamente com outras informações, além de compartilhar e discutir resultados com as comunidades e outras partes interessadas relevantes. Essa análise nos ajudará a entender melhor os pontos fortes e fracos da comunidade em relação à resiliência a inundações e a identificar, priorizar e planejar possíveis intervenções por meio de um processo participativo com a comunidade e as partes interessadas relevantes.

FONTE: <https://floodresilience.net/resources/item/flood-resilience-measurement-for-communities-from-results-analysis-to-intervention-planning>



Bolívia cria unidade para melhorar gerenciamento de produtos químicos e resíduos

Com terrenos que variam da densa floresta amazônica a vastos desertos e montanhas, a Bolívia é frequentemente aclamada como um dos países mais biodiversos do mundo. Nos últimos dez anos, o governo boliviano tomou medidas para proteger suas ricas paisagens naturais e fortalecer as práticas ambientais, incluindo o gerenciamento de produtos químicos e resíduos.

No entanto, embora a Bolívia tenha ratificado as convenções de Roterdã, Basileia, Estocolmo e Minamata, seus sistemas de gerenciamento de produtos químicos e resíduos permanecem inadequados. Como um país renda média-baixa, a coleta e descarte de resíduos, bem como a política de gerenciamento de produtos químicos, são subdesenvolvidos e continuam representando riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

Para resolver este problema, o país firmou parceria com o Programa de Gerenciamento de Produtos Químicos e Resíduos do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em um projeto de três anos para fortalecer as capacidades nacionais para o gerenciamento de substâncias químicas e resíduos perigosos.

Através deste projeto, a Bolívia trabalhará para reforçar as capacidades do Vice Ministério do Meio Ambiente, Biodiversidade, Mudança Climática e Manejo e Desenvolvimento Florestal e, ao fazê-lo, promoverá uma melhor implementação dos tratados internacionais relevantes firmados pelo país.

Um passo significativo e inicial neste projeto será a criação de uma nova Unidade de Produtos Químicos e Resíduos, que se concentrará no desenvolvimento de protocolos de gerenciamento ambientalmente saudáveis de substâncias químicas e resíduos perigosos. Esta unidade será estabelecida nos primeiros seis meses do projeto e fornecerá orientação estratégica para a implementação das metas mais amplas do projeto em nível nacional.

No entanto, embora a Unidade de Produtos Químicos e Resíduos se concentre inicialmente no projeto, ela se tornará uma unidade governamental permanente para garantir a sustentabilidade a longo prazo do gerenciamento de produtos químicos e resíduos perigosos após o término do programa. No futuro, esta unidade terá uma alocação orçamentária específica do Tesouro boliviano para apoiar atividades como a contratação de pessoal permanente e adequado para garantir sua operação a curto e longo prazo.

Uma vez criada, a Unidade de Produtos Químicos e Resíduos será responsável por diagnosticar a implementação pela Bolívia de tratados internacionais sobre produtos químicos e gerenciamento de resíduos, a fim de entender as lacunas e fraquezas que precisam ser abordadas. Isso apoiará o desenvolvimento de metodologias para processar dados sobre resíduos perigosos, bem como a conscientização e a capacitação em gestão de resíduos.



Essa análise também formará a base da legislação proposta para melhorar o atual quadro jurídico na Bolívia e apoiar a criação de um programa para reduzir desastres químicos. Ao destacar lacunas legais urgentes e melhorar a política de gerenciamento de substâncias químicas e resíduos perigosos, este projeto garantirá que a adesão da Bolívia às principais convenções internacionais sobre esse assunto fundamente sua política ambiental no futuro.

O programa de desenvolvimento de produtos químicos e resíduos da Bolívia também incluirá uma abordagem específica de gênero para garantir que as mulheres sejam empoderadas como partes interessadas e líderes no processo de tomada de decisão. O projeto também identificará os riscos específicos de exposição a resíduos perigosos enfrentados por grupos vulneráveis, como mulheres e crianças, e criará estratégias de treinamento e conscientização dentro de uma estrutura baseada em gênero.

Todo o projeto também incluirá um importante processo de avaliação, através do qual as atividades serão monitoradas e os principais resultados relatados. Isso garantirá que a Bolívia, com o apoio do Programa de Gerenciamento de Produtos Químicos e Resíduos, obtenha melhorias significativas na sua política ambiental e garanta a proteção duradoura de seus muitos tesouros naturais.

FONTE: <https://www.unenvironment.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/bolivia-trabalha-para-fortalecer-praticas-ambientais-e-protoger>

EVENTOS



CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



Uma parceria entre Unesp, Fatec – São José dos Campos, Centro de Estudos e Pesquisas sobre Desastres da USP e a Defesa Civil do Estado de São Paulo

Logística aplicada em Operações Humanitárias e Desastres Naturais

Data: 11 e 12/fev/2020
Horário: 09 às 18 h
Local: Fatec – Prof. Jessen Vidal (S.J. dos Campos)

Gratuito
Destinado aos profissionais que atuam na prevenção e socorro a desastres naturais.
Participação mediante doações de alimentos, roupas e calçados para uso em exercício prático e posterior distribuição.
Requisitos: Ensino médio, conhecimentos básicos de MS Excel e Internet.

Vagas Limitadas
Inscrições até 05/fev/2020:
Inscrições através do site: www.fatecsjc.edu.br



INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

REDE DE CIDADES RESILIENTES DE LINGUA PORTUGUESA

<http://www.cidadesresilientes.net/>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>